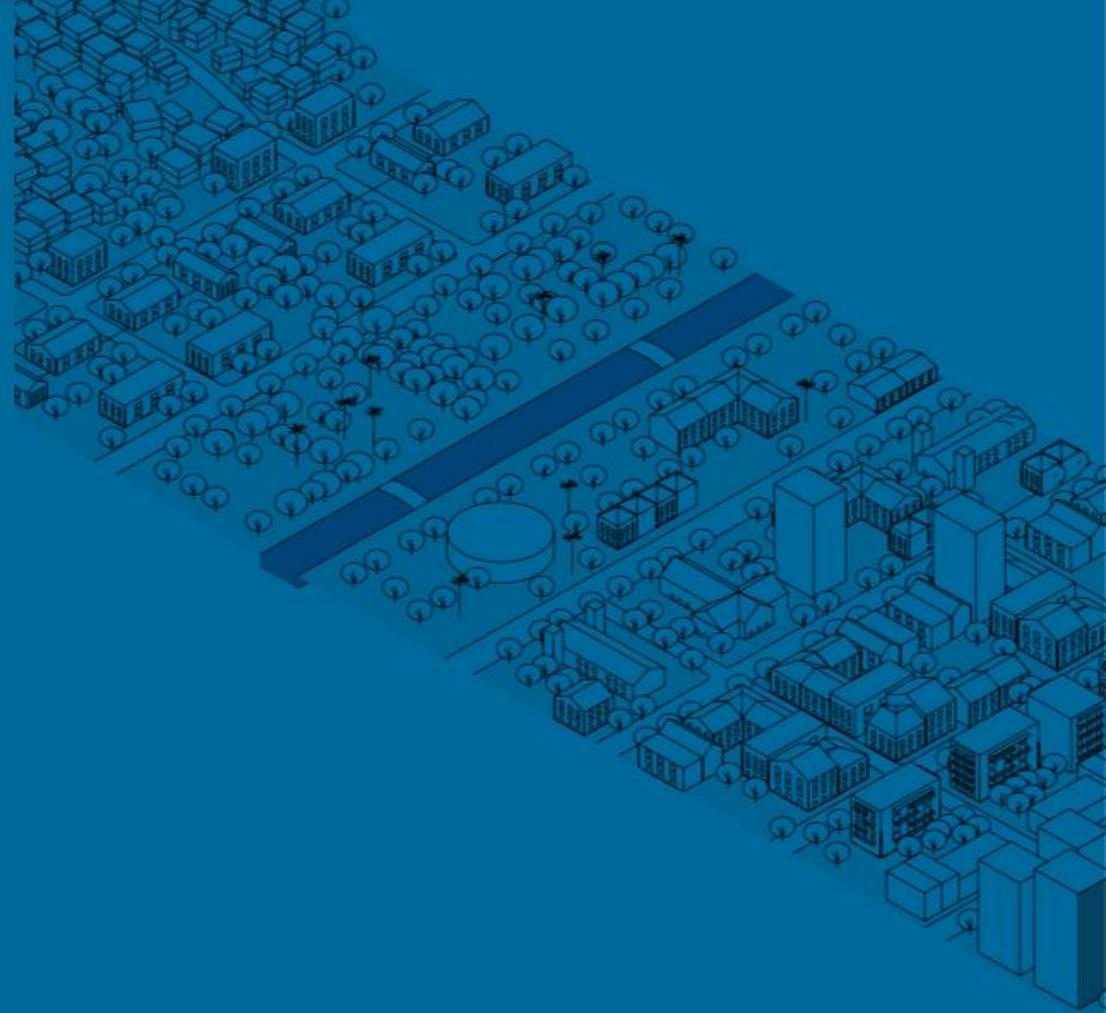
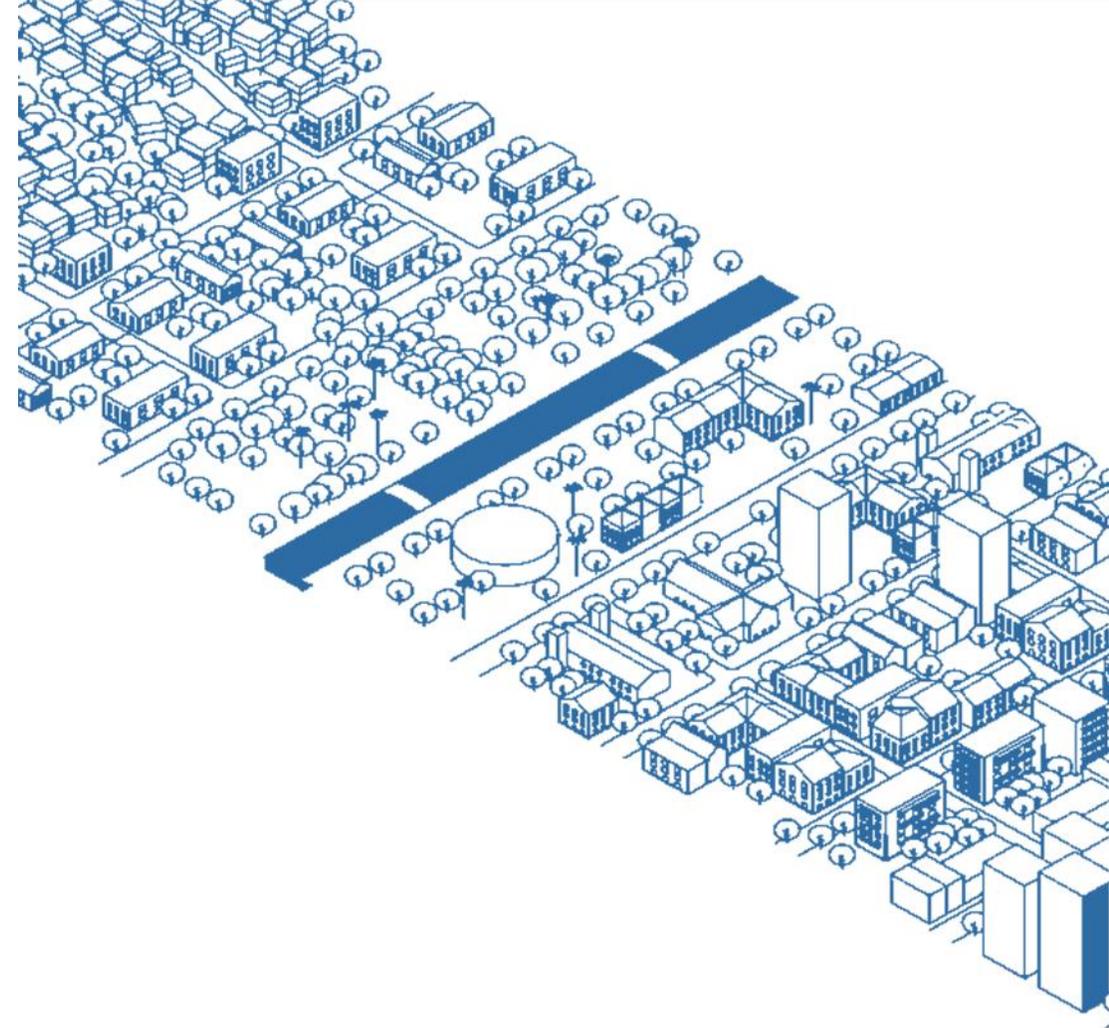


O RECIFE QUE QUEREMOS

INTERVENÇÕES DO PÚBLICO PARTICIPANTE



RPA 2 E 4



RPAs 2 E 4 – 29 de outubro de 2018

1. Cobrança da execução das propostas elaboradas no Plano Diretor, sobretudo às voltadas para as comunidades mais necessitadas em habitação.
2. Instalação de mais creches, escolas e postos de saúde na Iputinga. Nas comunidades Vila São João, Ayrton Sena e Santa Marta, implantar um verdadeiro plano de urbanização, ao invés de apenas pavimentar as vielas, como já vem sendo feito. Alargar as ruas para entrada das ambulâncias e caminhões de lixo, indenizar as famílias que foram retiradas para instalação dos equipamentos urbanos, garantir a construção de conjuntos habitacionais. Retomar as discussões sobre o transporte fluvial, que melhor serviria a população da Iputinga. Garantia de infraestrutura para pessoas com mobilidade reduzida através da melhoria das calçadas, instalação de rampas de acesso e sinalização adequada para pedestres. Incentivar o plano de habitação no Centro. Por último, levar as audiências públicas para as ruas das comunidades a fim de possibilitar maior acesso possível da população.
3. No último fórum do Prezeis, no dia 26/10/18, foram apresentadas 23 novas áreas ZEIS, mas hoje na audiência (29/10/18) foram apresentadas apenas 21. Porque não foram incorporadas as 23 ZEIS? O que a equipe já tem de estudo para a ampliação de novas áreas ZEIS?
4. Cobrança: Plano Diretor (questiona o direcionamento de propostas e equipamentos à comunidade do Vietnã, pontuando ausência de posto de saúde e escolas com estrutura) Vulnerabilidade social pela ausência de políticas voltadas à moradia digna. Atualmente, moram junto à canais e animais que são criados no entorno. Ausência de saneamento básico na comunidade do Vietnã. Proposição: escola, saneamento básico, moradia e habitacionais, posto de saúde com estrutura, equipamentos de lazer e Academia da Cidade ou do bairro.
5. Área do Loteamento Cosme e Damião - Várzea, a ausência de iluminação no percurso para a Arena Pernambuco, que é a única opção de lazer e para prática de esportes Ausência de creche para a comunidade e bairro.

RPA 2 E 4 – 29 de outubro de 2018

6. Ausência de equipamentos sociais (creche, escola, posto de saúde, praça, academia da cidade) e iluminação pública nas proximidades do habitacional Travessa do Gusmão, no bairro de São José, Centro do Recife. Existem problemas de segurança nas proximidades da praça Sérgio Loreto: o projeto inacabado do habitacional da Sérgio Loreto está gerando rotas de fuga de criminosos pela linha do trem, aumentando o medo dos moradores, principalmente mulheres, de transitar na localidade. Muitas crianças e jovens deixaram de frequentar a escola pela distância e pelo medo de passar debaixo do viaduto que divide o Coque dos Coelhos. A moradora que fez esse relato era originalmente dos Coelhos (palafitas) e conta que as condições por lá eram bem melhores, havia acesso à saúde (IMIP) e à escola, a segurança era maior, havia acesso ao mercado público e a outros equipamentos urbanos em geral. Com a relocação para o conjunto da Travessa do Gusmão, perdeu-se o acesso a estes equipamentos. Existe, inclusive, uma promessa de implementação de boxes de comércio dentro do habitacional que até hoje não foi cumprida, por isso, os moradores precisam ir até o mercado de São José para fazer compras.
7. Foi apontada uma grande diferença entre propostas e diagnósticos com a realidade da cidade e comunidades carentes. O aumento da violência nas comunidades, a oferta de creche que não comporta a necessidade (o que dificulta a inserção das mulheres no mercado de trabalho). Necessidade de equipamentos educacionais e sociais para crianças e jovens. Equipamentos culturais para a comunidade e ampliação, "acolhimento" e estruturação de espaços e projetos culturais existentes.
8. O plano precisa contemplar a necessidade de melhorar a infraestrutura das escolas. A escola Paulo VI, que se tornará integral, precisa ter sua infraestrutura adaptada às novas necessidades para que os alunos possam aprender e passar o dia inteiro na escola. Deveriam, também, ser previstas formas de gerir a pontualidade dos professores com a implementação do ponto eletrônico. A creches também precisam de devida estrutura para o desenvolvimento infantil, a Mardonio Coelho, por exemplo, não possui espaço adequado para as crianças menores brincarem. É de grande necessidade a integração das escolas de bairro ao Compaz, uma vez que não há oferta de transporte público que faça essa interligação e as ruas são perigosas para que as crianças do entorno façam o percurso até o Compaz e possam praticar os cursos oferecidos.

RPA 2 E 4 – 29 de outubro de 2018

9. Incluir transporte público entre as escolas e os Compaz, ou seja, interligação entre bairros próximos para garantir que as crianças possam usufruir dos cursos.
10. Crítica afirmando que prerrogativas que já existiam em planos diretores dos anos anteriores não foram respeitadas no bairro da Torre (construção de edificações verticalizadas), em desacordo com infraestrutura urbana (esgotamento sanitário), vetor ambiental rio Capibaribe e patrimônio.
11. Proposta: construção de vias públicas como forma de garantir a preservação do meio ambiente e possibilitar melhor mobilidade urbana.
12. Propor soluções mais específicas para a requalificação do Rio Beberibe, aliando o patrimônio cultural imaterial, a exemplo da produção artística de Luiz Gonzaga, ao patrimônio natural, o rio em si.
13. Ocupações irregulares de população de baixa renda em áreas verdes (áreas de preservação ambiental), qual a solução proposta? Acompanhamento social mais qualificado e responsável que garanta os direitos dessa população.
14. Comunidade do casarão do Cordeiro com bloco de apartamento sem reboco, estrutura precária se deteriorando, água contaminada, posto de saúde sem funcionar, falta de limpeza urbana, falta de controle dos animais de rua, proliferação de animais vetores de doença (rato, barata, escorpião, pulga) animais de grande porte, como cavalos soltos em área pública. Proposta: terreno disponível próximo ao casarão para fazer praça.
15. Observação: os moradores precisam investir dinheiro do próprio bolso para manutenção da estrutura do habitacional, como aplicação de cerâmica na escada.
16. Estudar a viabilidade da implementação de agências de trabalho dentro de comunidades e altos - buscando centralidades dentro destas comunidades que possibilitem maior alcance desses equipamentos como facilitadores da distribuição de empregos.

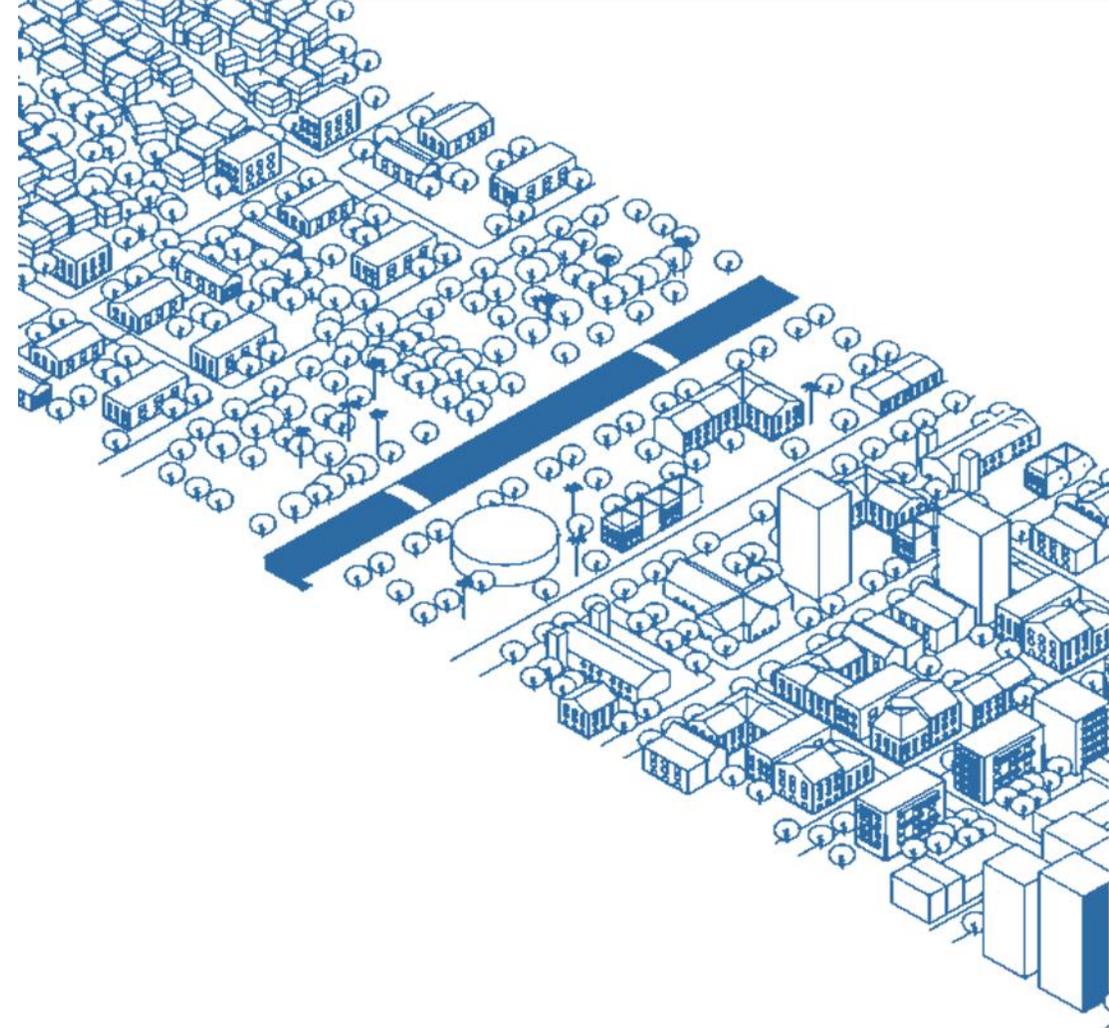
RPA 2 E 4 – 29 de outubro de 2018

17. O saneamento ambiental deve ocupar maior espaço dentro das propostas do plano e com propostas mais aprofundadas.
18. O abastecimento de água é questão fundamental, afeta diretamente a rotina diária de moradoras e moradores em suas tarefas domésticas, para cuidar de seus filhos, conduzir seus lares e vidas.
19. Propostas mais aprofundadas para as diretrizes de saneamento ambiental e esgotamento sanitário.
20. Propor diretrizes mais específicas para a questão da segurança.
21. As ruas e escadarias dos morros são pouco acessíveis para as crianças, que precisam transitar em segurança, tendo em vista que muitas dessas vias são tomadas pelo tráfico de drogas. É preciso que tenha mais segurança nesses espaços.
22. As diretrizes para circulação ativa e segura - especialmente iluminação, acessibilidade - devem possuir estratégias específicas para regiões de morro e altos, especialmente onde fatores ambientais, más condições de infraestrutura urbana e escadarias - relevo - geram condições mais adversas que as normalmente encontradas nas regiões planas da cidade do Recife.
23. A educação, por si só, deveria ser uma diretriz setorial e é pouco citada no caderno, se não quando se tratando de educação sobre questões específicas (educação ambiental, educação patrimonial), entretanto, a educação como um todo deveria ser contemplada com suas especificidades.
24. Integração entre planejamento de malha viária e distribuição de equipamentos de lazer e esporte.
25. Atentar para o atendimento em postos de saúde no Skylab, uma vez que são poucos os médicos e as condições dos serviços já são precárias. Foi apontado que há uma prática habitual de venda de fichas, enquanto outra parcela dos pacientes chega cedo para entrar na fila às 3 horas da manhã.

RPA 2 E 4 – 29 de outubro de 2018

26. Garantir a participação efetiva das lideranças comunitárias no processo e na elaboração do Plano Diretor do Recife.
27. Viabilizar instrumentos e medidas que permitam maior participação popular, não somente no processo de elaboração/revisão do Plano, mas em sua operacionalização e verificação de sua aplicabilidade ao longo dos anos.

RPA 3 E 5



RPA 3 E 5 – 30 de outubro de 2018

1. Saneamento básico - questão fundamental, precisa de mais espaço e aprofundamento nas diretrizes, especialmente no que diz respeito a efetividade e aplicabilidade das propostas.
2. A comunidade do Jiquiá tem um potencial econômico e cultural enorme, com vários artesãos locais que não são reconhecidos.
3. O Plano precisa contemplar a região da Comunidade de Passarinho, onde há a ocupação chamada Ocupe Passarinho, que denuncia a falta de políticas públicas na localidade. Diversos equipamentos públicos estão com deficiência em seu funcionamento. Como:
 - A escola no local não comporta a quantidade de crianças que residem;
 - Postos de Saúde sem estrutura (profissionais, equipamentos e medicamentos);
 - A mata vem sendo desmatada na localidade, sobretudo pelas empresas que se instalam na área;
 - Os recursos hídricos (rios e córregos) vêm sendo constantemente poluídos;
 - A população é vítima do racismo ambiental;
 - Apenas parte da comunidade adquiriu o título de sua propriedade, faltando ainda boa parte dos moradores, onde eles têm apenas o título de posse.
4. Academia da Cidade nas proximidades do Brejo do Beberibe e de Nova Descoberta.
5. Construção de uma Academia da Cidade em Nova Descoberta.

RPAs 3 E 5 – 30 de outubro de 2018

6. Terrenos e propriedades desocupados que não cumprem sua função social localizados em áreas próximas/anexas a ZEIS e CIS devem ser destinados para HIS e equipamentos de cultura e lazer para a comunidade de que estão próximos.
7. Chama a atenção para as questões do bairro de Jardim Planalto, onde poucas demandas populares foram atendidas, o que demonstra o descaso dos órgãos públicos para com as comunidades mais vulneráveis da cidade.
8. Gostaria de saber se vai ser criada uma nova cidade? Ou apenas algumas coisas melhores? Ou não vão cuidar do que já existe? Eu moro no Alto José do Pinho e, por não morar no Morro da Conceição, onde passa a procissão da santa, convivo com escadarias sem a menor estrutura. Moro na Rua Baldim e tinha uma obra que estava orçada em 19.000 reais, baixou pra 12 e depois 6.900 e até hoje não foi iniciada. Colocaram uma canaleta só pra fazer a drenagem de todas as águas, que está obstruída até hoje, mesmo com reclamações recorrentes por parte dos moradores. A gente vai criar coisas novas e esquecer do que tem? Será que não devemos cuidar do que temos? Se tiver alguém da Emlurb que me dê uma resposta sobre a obra... Vamos fazer que o dinheiro dos nossos impostos seja aplicado verdadeiramente.
9. Há a possibilidade de o Plano Diretor se comprometer em mostrar resultados para a cidade em termos de transparência. Fala-se em inclusão, mas não há uma transparência efetiva com relação aos objetivos e metas estabelecidos no Plano.
10. Ausência de indicadores e transparência no processo após implementação. Possibilidade do Plano Diretor contemplar resultados e indicadores quanto a metas e objetivos estabelecidos por ele. Exemplo de indicadores: cronogramas de execução de obras; cumprimento de orçamentos; etc.
11. Com relação à políticas para as áreas de morro, onde temos diversas casas em situação de perigo constante. Se colocará neste novo Plano Diretor a política de contenção de morro?

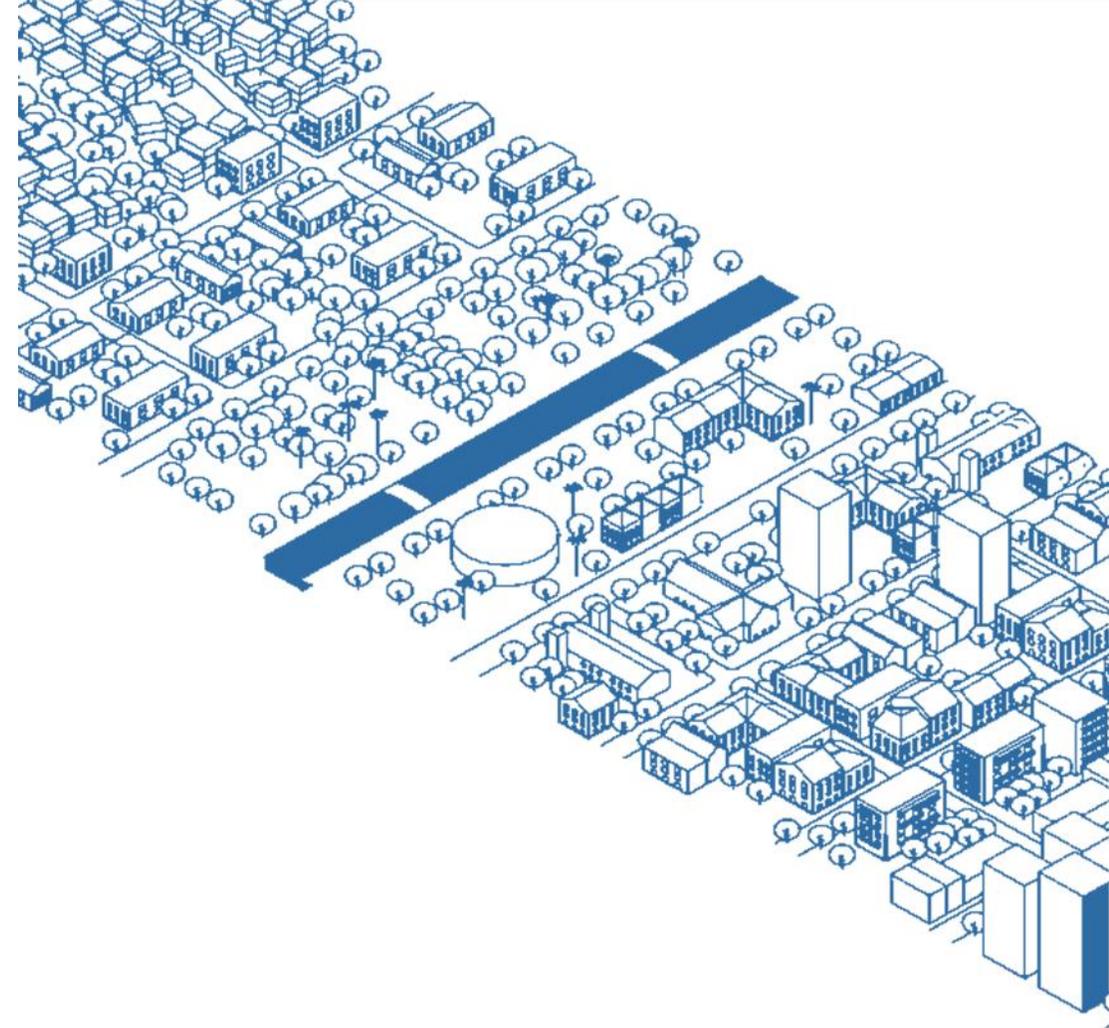
RPAs 3 E 5 – 30 de outubro de 2018

12. Configurando uma comunidade que tem característica de ZEIS, portanto, deve ser levado em conta nas diretrizes, a possibilidade de incorporação dessa área para a ZEIS do Prado.
13. Demanda propostas mais específicas voltadas para o transporte público, em especial para a interligação das ciclovias existentes e para a expansão das linhas de metrô. Igualmente, exige diretrizes mais específicas para a acessibilidade.
14. Em meados dos anos 80, existiam duas empresas imobiliárias, o Grupo Marinho e o Grupo Rosa Borges. Eles receberam uma indenização do estado relativa às terras da Guabirada, Vasco da Gama, Alto Santa Isabel para fazer a regularização, neste mesmo período, os moradores pagavam todo mês às imobiliárias um valor denominado "foro". Na época existia o Movimento Terras de Ninguém, que tinha como objetivo reivindicar justamente a posse dessas terras. Até hoje a comunidade onde eu moro, a Guabiraba, não recebeu o título de posse e vejo que tem começado a subir vários espigões próximos as zonas verdes (mata da Guabirada, mata da Várzea, mata de Dois Irmãos), os pulmões da nossa cidade. As pessoas querem respirar o ar puro da mata, a tendência é que a especulação imobiliária e as pessoas que têm dinheiro comecem a ocupar essas áreas e esse local vai começar a ficar muito caro pras comunidades. Se não tiver garantia desse terreno, nós podemos ser expulsos. Até hoje, eu subo e desço todo dia 175 degraus, até hoje minha família não tem título de posse, mas já foi pago o dinheiro da regularização à essas duas empresas. Fica aqui a minha proposta para que a Prefeitura corrija essas injustiças.
15. Com relação à regularização urbanística e fundiária dos conjuntos habitacionais, como se dará no novo Plano Diretor?
16. Venho aqui em nome do Sítio dos Pintos referendar as falas do movimento de hoje, precisamos compreender que esse Plano Diretor precisa abordar a questão da posse da terra. Sítio dos Pintos não é diferente de Casa Amarela. É preciso convidar os movimentos para participar desses espaços de discussão. Presenciamos aqui, neste mesmo local, reuniões como essas puxadas pelo FEACA, pelo Movimento Terra de Ninguém, nos anos 80, mas aqui ainda percebo a ausência das comunidades na discussão. O título de posse da terra é urgente para todas as comunidades do Recife, o título de posse de Sítio dos Pintos foi prometido há pelo menos 20 anos e até hoje não foi concedido aos seus moradores.

RPAs 3 E 5 – 30 de outubro de 2018

17. Falta de creches dentro das comunidades.
18. Criação de praças nas áreas de ZEIS e estímulos ao esportes, para os jovens em situação de rua.
19. Descentralização das reuniões, levando para dentro das comunidades, fazer na rua, com a participação popular. Pois muitas pessoas não sabem do que se trata o Plano Diretor e a Prefeitura não tem interesse na participação popular.
20. A plenária deveria estar sendo feita dentro da comunidade, mas ocorreu em uma escola que restringe o número de participantes e a comunicação e divulgação.
21. Prefeitura deve visitar as comunidades, possibilitar maiores formas de engajamento e exposição da realidade das comunidades e ZEIS.
22. O processo de transferência de populações em situações de vulnerabilidade num processo participativo e consciente/coerente com a realidade e desejos dos moradores das comunidades.
23. A Prefeitura deve possuir instrumentos que possibilitem se inserir na comunidade, acompanhar de perto as situações de vulnerabilidade.
24. Orçamento Participativo deve ser efetivado dentro das comunidades.
25. Meios de participação popular através de solicitações, ofícios e relatos da situação diária devem ser mais efetivos, inclusive nos diferentes órgãos da administração municipal, como Emlurb.
26. Enxergar o processo e a gestão comunitária como a possibilidade da população trabalhar junto com a Prefeitura, fortalecer a cidade.
27. Fiscalização das taxas e cobranças expostas no Caderno de modo geral. Exigência de um processo transparente; que o destino da verba seja compartilhado com a população através de um órgão gestor. Inclusão, no Plano Diretor, da questão dos ambulantes e o seu processo de regularização.

RPA's 1 E 6



RPAs 1 E 6 – 31 de outubro de 2018

1. Relata o desmatamento de áreas verdes na RPA 5, em especial da Mata do Curado, ocasionada pela ocupação irregular da área.
2. Regularização fundiária no bairro de Três Carneiros está há mais de 15 anos sendo discutida e não acontece, o Plano Diretor é oportunidade ímpar para tal.
3. São necessários mais instrumentos e estratégias que possam proteger as ZEIS da especulação imobiliária, especialmente em Brasília Teimosa.
4. Ampliação da área da ZEIS Brasília Teimosa não corresponde às necessidades atuais da comunidade e não combate ameaças territoriais que esta sofre da especulação imobiliária. Esta ampliação deve ser discutida diretamente com a comunidade e suas lideranças.
5. É necessário que existam áreas de monitoramento da segurança dos moradores nas ZEIS e CIS.
6. A ZEIS precisam ser providas de policlínicas, nem todas são contempladas com esse tipo de atendimento.
7. Solicita-se que o terreno ao lado do Geraldão, atualmente ocioso, passe a cumprir sua função social, preferencialmente, atendendo as demandas comunitárias por um campo de futebol e outros equipamentos de lazer.
8. Propõe uma inversão de prioridades nos investimento público, partindo das periferias, de dentro pra fora, para que as pessoas que moram na comunidade não precisem se deslocar para utilizar serviços como universidade e hospitais. Assim como a importância de tratar um passeio público em uma avenida, por exemplo, da mesma forma de uma rua dentro da comunidade. Igualdade de investimentos quanto a infraestrutura.
9. Palafitas de Santo Amaro - qual a providência será tomada e colocada em prática com relação aos moradores das palafitas de Santo Amaro, em cima do canal no lixão? Cobra a presença do poder público, Prefeitura, na comunidade.

RPAs 1 E 6 – 31 de outubro de 2018

10. Evitar remoções e transferências de pessoas de um bairro pro outro, para que não haja uma mudança drástica de contextos.
11. Exige-se que a área do Aeroclube, já incorporada às ZEIS da RPA 6, cumpra a sua função social, como estabelecido na lei das Prezeis, Art. 3º, a fim de que a totalidade de sua área seja destinada para projetos de habitação social, equipamentos de saúde, educação e lazer.
12. A Comunidade da Vila do Motorista passar a ser considerada ZEIS nesse novo Plano Diretor. Enquanto isso, o Projeto Novo Recife, no Cais José Estelita, está abandonado. Caso retomado, qual o lugar da Comunidade da Vila do Motorista e demais ZEIS do entorno? Durante a apresentação do Caderno, foi dito que moram muito mais pessoas no subúrbio do que no Centro. Para uma das moradoras da Vila do Motorista, isso não é verdade, pois "Recife foi construído por negros e pobres". Ela, então, expressa um sentimento de não representatividade com relação ao Plano Diretor como um todo.
13. No Plano Diretor, está previsto um banco de terrenos para Habitação Popular? Existe no Plano Diretor a intenção de garantir o título de posse para todos nas ZEIS? A Ilha de Deus está protegida de alguma maneira? Por último, é possível a fusão dos dois conselhos citados na apresentação? O Conselho de Desenvolvimento Urbano e o Conselho da Cidade?
14. Durante a apresentação do documento, foi falado acerca do Polo Médico na área central do Recife, que se encontra numa área non aedificandi. Por outro lado, projetos para as comunidades situadas em áreas non aedificandi, no entorno do Polo Médico, não são aprovados, bem como a comunidade não entra no processo de regularização fundiária e não são reconhecidas como ZEIS. Comunidades dos Coelhos não participam dos processos para aquisição do título de posse.
15. Mais autonomia ao Prezeis para que se dê andamento aos processos de regularização fundiária (a lei do Prezeis exige que se faça urbanização, pavimentação e regularização fundiária nas comunidades Prezeis, mas o Fórum não utiliza os recursos para se implementar essas medidas pela falta de aparato técnico de apoio às comunidades). Foi apontada que nos Coelhos há uma área da comunidade que já havia sido apontada por ela como ociosa e que fosse utilizada como ZEIS 2 ou voltada para a implementação de equipamentos sociais e programas habitacionais para a própria comunidade. Porém, este terreno foi adquirido pelo IMIP para se tornar um centro de Oncologia do hospital, numa atitude que se questiona a falta de diálogo com a comunidade nesse processo, onde a mesma se sente lesada por não ter sido contemplada com alguma proposta.

RPAs 1 E 6 – 31 de outubro de 2018

16. A comunidade do Pilar que se transforma em área ZEIS, deverá ser ZEIS tipo 1 o entorno e áreas de interesse do entorno.
17. A mobilidade na comunidade do Pilar (fim de semana e dia de semana) é deficiente pois falta uma integração de linhas de ônibus da cidade com a áreas da comunidade e Bairro do Recife.
18. Propor que o terreno da "Cidar" se transforme em uma ZEIS (terreno localizado dentro da ZEIS Santo Amaro, na rua dos casados, mas que não é ZEIS). E ele vindo ser uma área ZEIS, que sejam feitas propostas de projetos para a comunidade, habitação popular e equipamentos sociais (sobretudo creche e postos de saúde).
19. Fortalecer no sistema Prezeis os Planos Urbanísticos das diversas áreas.
20. Proposta de construção de uma área de convivência (equipamento público) no entorno da área da Ponte do Limoeiro, pensando na possibilidade da proposta de inserir socialmente as pessoas que hoje se encontram em situação de vulnerabilidade (trans e mulheres) e utilizam a área como ponto de prostituição para rendimento próprio. Essas pessoas poderiam ser capacitadas e incluídas no processo de implementação da propostas como mão-de-obra, tanto para a construção do equipamento como para trabalhar nesse espaço como guia ou outras atividades ligadas ao funcionamento do espaço.
21. Situação precária de áreas dentro da comunidade com presença de animais como rato, barata, escorpião, áreas inclusive próximas à creche.
22. Cita-se, também, a questão de que a Prefeitura tem deixado de contemplar a necessidade de realocação da população das comunidades para terrenos livres próximos da ZEIS, por meio da construção de habitação, ou seja, é preciso que os investimentos da OODC sejam melhor distribuídos, para que esses terrenos vazios, imediatos às ZEIS sejam uma continuidade da comunidade, assegurando, assim, a manutenção do padrão de ocupação, em vez de permitir a construção de tipologias invasivas com relação ao contexto populacional da vizinhança.
23. É preciso lembrar de todas as ZEIS, por isso, é importante levar em conta a lei do Prezeis, colocando uma porcentagem de dinheiro da OODC destinada ao Fórum do Prezeis, para que o trabalho seja possibilitado, avançando com os interesses das comunidades, diretamente com quem está em vulnerabilidade social e que precisam de regularização fundiária e habitação.

RPAs 1 E 6 – 31 de outubro de 2018

24. Exige-se que a área do Aeroclube, já incorporada às ZEIS da RPA 6, cumpra a sua função social, como estabelecido na lei das Prezeis, Art. 3º, a fim de que a totalidade de sua área seja destinada para projetos de habitação social, equipamentos de saúde, educação e lazer.
25. O Fórum do Prezeis tem reivindicado, sem sucesso, que a parte do Jockey Clube que tem habitação, em torno de 300 a 400 famílias, configurando uma comunidade que tem característica de ZEIS, portanto, deve ser levado em conta nas diretrizes, a possibilidade de incorporação dessa área para a ZEIS do Prado.
26. A área do Aeroclube é uma questão delicada e deve ser melhor estudada, a demanda social não era a de transformar o Aeroclube em área de projetos especiais, mas sim em ampliação/criação de área de ZEIS.
27. É muito importante que a Prefeitura contemple as reivindicações que vêm sendo feitas há muitos anos, pela demanda de habitação social das pessoas que vivem nas palafitas no Pina. É preciso que a região do Aeroclube seja destinada para essas pessoas.
28. Aeroclube precisa de projeto de habitação que atenda às necessidades da comunidade do Bode, que está em situação crítica; Moradores em condições graves de vulnerabilidade.
29. Camadas populares se vêm esmagadas diante dos conflitos de interesses existentes na cidade, e ainda com relação ao fato dos moradores de comunidades periféricas e ZEIS não se sentem participantes desse processo de diálogo.
30. Existem muitos terrenos ociosos na cidade que se configuram como um problema na cidade e que servem para a especulação imobiliária, que seja feita a sua correta destinação se fazendo cumprir a função social.
31. Não existe transparência com relação à implementação grandes empreendimentos, como o Novo Recife, onde não se sabe o impacto direto com o local e as comunidades do entorno, a Prefeitura deveria ter um papel de aproximar essa comunicação com os segmentos populares.
32. Nesta proposta aqui trazida tem algum plano específico para as comunidades ribeirinhas (pescadores, pescadoras e outros)?

RPAs 1 E 6 – 31 de outubro de 2018

33. A comunidade de Jardim Uchôa, em Areias, sofre com a inatividade de equipamentos de educação, a exemplo da escola de Jardim Uchôa, fechada há sete anos, o que leva crianças a se deslocarem por longas distâncias ao encontro de outros equipamentos. Exige-se que equipamentos educacionais sejam incluídos nas ações de requalificação de comunidades vulneráveis.
34. É preciso dar atenção às áreas mais carentes, as comunidades tão esquecidas, faltam serviços de infraestrutura e limpeza nas comunidades mais pobres. As comunidades estão sendo desprezadas, se as lideranças comunitárias são esquecidas, a cidade enfraquece. É preciso que tenha uma união da comunidade para cobrar das instituições públicas.
35. Cada diretriz deve ser detalhada para melhor compreensão da população, para que ela se sinta mais a vontade de participar.
36. O canal do Jardim Planalto não foi incluído nas propostas de saneamento, lazer e drenagem. Exigem-se serviços de manutenção e limpeza de canais de maneira de continuada, a exemplo do braço do rio Tejipió, corpo d'água que está sendo fragilizado pelo despejo direto de esgoto no mesmo e pela falta de fiscalização dessa atividade.
37. Segundo a Lei do Prezeis, os moradores de ZEIS só podem construir até 250m², enquanto isso, na mesma localidade os empreendedores imobiliários têm direito a bem mais que isso.
38. A instalação da Comul da ZEIS Linha do Tiro e Dois Unidos. Como será promovida a regularização fundiária, quais os meios e instrumentos? A lei Prezeis já foi atualizada ou ainda vai ser?
39. A ampliação da ZEIS Coelhos, com a inserção das áreas carentes de Roque Santeiro 1, 2 e 3 (composta por palafitas e áreas planas) e a Travessa dos Coelhos que é conhecida como Beco do Esparadrapo, (área plana com casebres). Nos Coelhos, a "Área Consolidada" (denominação da URB) que corresponde à Rua do Bituruna, Araongas, Largo dos Coelhos, não tem esgotamento sanitário, precisa de um projeto de urbanização.
40. A ampliação da ZEIS Coque com a inserção da Ocupação Via Sul, na Avenida Sul, por trás do Quartel do 7 Batalhão do Cabanga.

RPAs 1 E 6 – 31 de outubro de 2018

41. A lei que regulamenta a ZEIS precisa passar por uma revisão, de acordo com especialistas e urbanistas a lei do Prezeis como está hoje, engessa a pobreza. É preciso permitir que mais melhorias sejam incorporadas a ZEIS, hoje o morador, por essa lei não pode ter o título de posse, só pode ter o CDRU (Concessão do Direito Real de Uso). Seria interessante que a lei pudesse ser integrada, abordando questões como as da saúde, da ampliação dos espaços de lazer, esporte e cultura nas ZEIS. "A população não pode ser sufocada por uma lei ultrapassada.
42. Por trás da "Creche Vovô Artur" e da escola dos Coelhos, também se situa um terreno ocioso, um cemitério de carros, com péssimas condições, com a presença de animais como escorpiões e ratos e muito lixo, fica localizado bem embaixo do viaduto. Nesse terreno poderia ser ampliada a creche dos Coelhos. Já onde funcionava a Antiga Matarazzo, cujo dono está devendo IPTU, segundo moradores da localidade, é uma área enorme também ociosa onde poderiam ser construídas casas.
43. Construção da creche prevista para Santo Amaro. O prefeito chegou a garantir que ela já estava em processo de licitação e que o terreno já está garantido, mas ainda não foram iniciadas as obra. É preciso que se execute a obra da creche para diminuir o déficit de acesso a educação e, se possível, fortalecer o trabalho que já existe nas escolas de Santo Amaro.
44. No documento de posse da moradora que deu este depoimento estava escrito que ela residia no Bairro de Santa Terezinha, mas o Bairro de Sta. Terezinha não existe, logo ela não teria posse de nada.
45. Já existe um plano para Santo Amaro idealizado pela Cehab do Governo do Estado de Pernambuco, inclusive pra a área das palafitas, área de alta insalubridade, que hoje se tornou um ponto de consumo de drogas. Além disso, virou hábito de algumas pessoas que já têm moradia ocupar áreas da comunidade uma vez que sabem que vão ser tomadas determinadas ações por parte do poder público, sem morar de fato nela.
46. Em época de cheias, o rio Tejipló transborda, o que ocasiona a disseminação de doenças, bem como transtornos no cotidiano dos cidadãos. Solicita-se que as autoridades deem maior atenção ao rio Tejipló, garantindo a manutenção dos serviços de limpeza e drenagem a fim de que o rio volte a assumir seu protagonismo na comunidade.

RPAs 1 E 6 – 31 de outubro de 2018

47. Proposta de criação de modalidade de habitação popular que consiga absorver os moradores que não correspondem às exigências do Programa Minha Casa Minha Vida. Hoje o mercado define quem pode e quem não pode entrar na linha de financiamento do Minha Casa Minha Vida. É importante que a Prefeitura viabilize que o cidadão que está com o nome "sujo" tenha o sagrado direito à habitação. Muitas vezes, as pessoas têm a renda mínima que é estabelecida pelo programa, porém, por ter o nome sujo no Serasa ou SPC não podem acessar o programa. Habitação é um direito constitucional, e o mercado não pode opinar no que é de direito pela constituição.
48. Durante a apresentação de hoje foi citado que o beco da tramways vai ser removido, mas qual o terreno que vai beneficiar os moradores? Não se especificou onde serão relocadas as pessoas removidas e se as pessoas foram ouvidas durante o processo.
49. A implementação de uma Upinha, na Rua Rego Melo na comunidade dos Coelhos. Existe um imóvel lá que é do Governo do Estado e está ocioso há, pelo menos, 30 anos, é conhecido como "Casa da Comunidade". Dentro dos Coelhos só tem dois postos, mas o espaço deles é muito pequeno e fecham nos finais de semana. "Embora estejamos próximos do IMIP, ele não tem urgência. Para fazer um curativo precisa ir nos postos que fecham no final de semana, poderia ser utilizada a casa ociosa para construir essa Upinha".
50. Proposta de estabelecimento de uma pontuação para as empresas que concorrem às licitações de obras públicas, seja para projetos de habitacionais, de equipamentos ou obras de urbanização. As empresas que não atingirem a pontuação mínima, devem ser penalizadas e não devem participar das próximas licitações por pelo menos 10 anos.